

# GÊNERO DE VIDA E RECURSOS DE USO COMUM:UM OLHAR GEOGRÁFICO SOBRE OS CAMPONESES DAS VÁRZEAS NA MESSORREGIÃO DO BAIXO AMAZONAS DO ESTADO DO PARÁ

Temática: Espacios rurales, agricultura y seguridad alimentaria

Roberth Rodrigues Ferreira  
Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA  
roberthrodriques23@hotmail.com  
Eneias Barbosa Guedes  
Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA  
eneias.guedes@bol.com.br

**RESUMO:** No debate aqui apresentado buscamos compreender as estratégias e ações políticas que os camponeses da várzea da comunidade Ilha de São Miguel, localizada no município de Santarém, mesorregião Baixo Amazonas, Estado do Pará utilizaram/utilizam na construção de seu gênero de vida, apropriando-se dos diferentes recursos no processo de produção e reprodução do grupo neste ambiente. Para tanto, buscando entender como esse grupo se organiza socialmente para apropriar-se e fazer uso dos recursos, fundamentamos nossas análises na teoria dos sistemas de uso comum, pois se entende nesse trabalho que as ações (estratégia, regras e normas) do grupo garantem a equidade entre a população e proporção de recursos disponíveis no meio geográfico. O estudo aqui apresentado foi realizado obedecendo aos seguintes procedimentos de pesquisa: revisão bibliográfica, pesquisa documental e trabalho de campo. As análises indicaram que o gênero de vida das coletividades da Ilha de São Miguel é resultado de sua atuação no meio geográfico por meio de sucessivos gêneros de vida desenvolvidos por diferentes meios técnicos e modos de agir no espaço, sendo hoje o gênero de vida do grupo local centrado na produção polivalente e na cogestão dos recursos de uso comum pesqueiro que tem instituído um conjunto de valores materiais e imateriais que garantem a existência e sucessão desse camponês ribeirinho da várzea amazônica.

**Palavras chaves:** Gênero de vida, recurso de uso comum, pesca, camponês da várzea.

## 1. INTRODUÇÃO

Os estudos referentes ao gênero de vida buscam analisar as estratégias e ações por meio de construção e evolução das técnicas utilizadas pelos grupos sociais para garantir existência no espaço conforme as possibilidades oferecidas pelo meio. O entendimento do conceito de gênero de vida é um instrumento importante nas análises da ciência geográfica, pois permite a compreensão do processo de produção do espaço geográfico. Entende-se que, para produção do espaço no modo capitalista de produção, o homem lança-se em uma investida cada vez mais constante de conhecimentos que os potencializem para domínio da natureza. Esse domínio ocorre por meio de desenvolvimento e apropriação de instrumentos técnicos a partir de uma relação de trabalho.

Por sua vez, para garantia, evolução e estabilidade do gênero de vida, os povos, através da técnica, fazem uso dos recursos disponíveis nos seus espaços de vivência. Isto permite entender as diferentes formas de uso dos recursos indissociáveis à existência do gênero de vida das coletividades no espaço. Nesse sentido, entender como se realiza o uso dos recursos para garantia de existência de determinado grupo requer que sejam analisadas, também, as teorias recorrentes sobre os recursos de uso comum, pois se entende nesse trabalho que as ações (estratégia, regras e normas) do grupo garantem a equidade entre a população e proporção de recursos disponíveis no meio geográfico. Esta equidade ocorre quando os sujeitos agem de forma coletiva a partir da gestão racional demandado pelas normas e regras políticas instituídas pela própria coletividade.

Entende-se, que a teoria dos recursos de uso comum de Elinor Ostrom (2011), permite compreender como as ações dos sujeitos resultam em benefícios ou tragédia para a coletividade, permitindo também entender que o uso racional dos recursos pela coletividade proporciona evolução e estabilidade ao gênero de vida a partir do princípio dos dois complexos (*vivo e social*) trabalhado por Sorre (1984).

No espaço amazônico, os estudos referentes ao gênero de vida e recursos de uso comum devem ser considerados, uma vez que são encontrados diferentes formas de produção e uso do espaço dos diversos sujeitos que procuram, a partir de sua atuação, encontrar possibilidades de existência e perenidade para os grupos por meio do uso dos recursos que estão disponíveis nos seus espaços de vivências, sobretudo nos ambientes de várzea em que as estratégias de atuação dos povos ali residentes possibilitam produzir meios que permitem sua existência no espaço.

Entende-se, ainda que, as mediações realizadas por grupos distintos no contexto regional amazônico, visam adaptar-se ao meio perpassando pela construção de um conjunto de símbolos, costumes, normas, regras e instrumentos técnicos de uso comunal que repassadas a seus novos membros garantem domínio sobre a natureza, organização social e defesa de seus territórios. No desenvolver deste trabalho, são feitas referências ao grupo pesquisado nominando-os ora como populações tradicionais, ora como camponês-ribeirinhos, ora como varzeiros ou simplesmente camponeses, por se compreender que todos estes termos podem ser usados indistintamente para entendimento do grupo social da comunidade Ilha de São Miguel.

A comunidade dista aproximadamente 56,79 Km da sede do município, à cidade de Santarém. Possui uma escola de Ensino Fundamental, onde também funciona o Ensino Médio, Modular; um clube de futebol e duas igrejas, uma católica e outra evangélica. O acesso à cidade acontece por via fluvial. Para isso, os camponeses-ribeirinhos utilizam pequenas embarcações, motorizadas, chamadas *bajaras*<sup>1</sup>, ou embarcação de porte médio, chamada “barco de linha”<sup>2</sup>, que transportam os moradores e seus produtos extrativos e agrícolas da comunidade até à cidade de Santarém. As viagens de barco de linha acontecem duas vezes por semana perfazendo o percurso comunidade sede do município em aproximadamente 4 horas.

A localização dessa comunidade permite ao grupo realizar diferentes atividades produtivas para garantir sobrevivência e produção do espaço. Por situar-se no ambiente da várzea, essa coletividade possui um gênero de vida adaptado ao regime hídrico dos rios da região em um processo de subida e descida dos níveis da água, no decorrer no ano, onde seus trabalhos produtivos necessariamente obedecem à época que cada atividade deve ser desenvolvida.

As análises indicaram que a coletividade da comunidade da Ilha de São Miguel produz seu gênero de vida, a partir de uma produção polivalente, centrado na gestão coletiva dos recursos pesqueiros, sustentado por todos ali presentes mirando à preservação das espécies, a partir da relação com o meio geográfico, destacando uma alternativa de “governo” da atividade pesqueira, a partir do controle da captura e comercialização do pescado.

Ressalta-se que, em um passado recente, houve nesta localidade exploração desordenada dos recursos pesqueiros, trazendo grandes prejuízos ao gênero de vida da coletividade local. Não obstante, o grupo (re)constrói seu gênero de vida redirecionando a relação homem/natureza, conservando não somente os recursos, mas também sua identidade de vida tradicional.

Portanto, entende-se que as práticas e ações políticas coletivas (criação de normas regras de uso dos recursos por meio do acordo de pesca) nesta localidade, tornaram-se fundamentais na estabilidade do gênero de vida dos camponês-ribeirinhos, uma vez que o grupo passou continuamente a buscar equilíbrio entre a proporção de recursos disponíveis e a população ali residente.

---

<sup>1</sup> **Bajara** é um tipo de canoa que utiliza um motor rabeta para se locomover. Este transporte é muito utilizado na região de várzea, geralmente é feita de madeira e tem por dimensão 07 metros de comprimento por 1, 30 metros de largura.

<sup>2</sup> **Barco de linha** é uma embarcação de médio porte, a qual faz viagem duas vezes por semana da comunidade para a cidade de Santarém transportando os comunitários, bem como suas produções para ser vendidas na cidade.

## 2. POPULAÇÃO E RECURSO NA VÁRZEA DA AMAZÔNIA

Mesmo antes da colonização do território amazônico, a produção de espaços próximos às margens dos rios – várzeas ou planície de inundação - já era estabelecida e organizada por grupos humanos, os quais utilizavam a natureza conforme a necessidade dos diferentes grupos. Segundo Gonçalves (2010), a chegada dos colonizadores portugueses no século XVII e suas interações com os povos locais, impõe uma nova organização espacial, identificado e nomeado por este como padrão de organização do espaço rio-várzea-floresta, uma vez que a ocupação com criação de povoados, núcleos, aldeias, vilas e cidades a fim de garantir o domínio e conquista do território, bem como exploração dos produtos ali existentes aconteceram ao longo das calhas dos principais rios da região.

Tal processo constituiu na Amazônia brasileira um pluralismo de tipos camponeses, isto é, um campesinato bem diverso constituído por ribeirinhos, quilombolas, pescadores artesanais, pequenos criadores, pequenos produtores rurais, indígenas que mantêm relações comerciais e extrativistas de diversas ordens, sejam eles açazeiros, castanheiros, coletores de borracha, coletores de frutos e essências, entre outros. Toda essa diversidade é resultado direto do contato entre colonizador e colonizado. Neste trabalho, mesmo entendendo estas diversidades de tipos camponeses, procurou-se compreender o gênero de vida – do caboclo ribeirinho – que tem na sua trajetória uma tradição moldada, “regulada” e construída a partir da dinâmica e influência dos rios.

Esse sujeito, por possuir um gênero de vida diferenciado, produz formas próprias de organização social, produz e reproduz seus espaços e determina a forma com que os recursos naturais devem ser usados como condição para sua reprodução. Contudo, compreender o gênero de vida das populações tradicionais residentes nas várzeas do Rio Amazonas, faz mister obter entendimento das especificidades desse ecossistema, sua influência e dinâmicas que possibilitam adaptações do homem nesse ambiente.

Em uma primeira definição deste ambiente, pode-se inferir que, ao falar de várzea, está se fazendo referência a uma planície aluvial que, periodicamente sofre o processo parcial ou total de inundação. Este vasto ambiente é resultado de processos de evolução geológica da Amazônia mais amplo que, segundo Aziz Nacib Ab’Sáber, é parte “(...) *dos terrenos cristalinos rebaixados pela pediplanação neogênica e reentalhados pela evolução geomorfológica complexa do Quaternário (...)*” (AB’SÁBER, 2004, p. 31).

Canto, em sua obra intitulada “Várzea e Varzeiros da Amazônia” publicada em 2007, faz um debate com outros autores sobre a definição do ambiente em função da “confusão” em compreender e distinguir a várzea do igapó. Pois, na análise deste autor muitos pesquisadores referiam-se a esses dois ambientes como sendo um só, sem atentar para as diferenças entre esses dois ambientes. Mas, segundo Canto:

Tudo indica que, ao longo do tempo, o igapó vai ficando restrito as áreas de permanente inundação, ao passo que o termo várzea vai substituindo o que poderia ser chamado de igapó alto. Por outro lado, os diferentes níveis do relevo regional passaram a ser designados por *igapó, várzea e terra firme*. Desse modo o termo várzea passou a ser preferido em vez de igapó alto (CANTO, 2007, p. 30).

Para o autor, a várzea corresponde a uma área de transição entre o igapó e a terra firme, que por possuir características distintas geram padrões de ocupações, uso e produção dos gêneros de vida diferenciados. Assim, a produção do espaço no ecossistema de várzea perpassa pelas necessidades do camponês-ribeirinho dominar um conjunto de técnicas que, evoluindo, sejam capazes de garantir interações com ambiente natural no processo de produção do espaço, bem como possam apresentar possibilidades ao desenvolvimento de seu gênero de vida por meio de atividades variadas presentes nesse espaço e como estas atividades são plurais, sofrem influências do regime hídrico.

Pereira (2007), estudando a dinâmica das paisagens socioambientais das várzeas do Rio Solimões – Amazonas faz uma descrição sobre como as comunidades ribeirinhas foram se adaptando a esse ambiente, apontando que a vida na várzea sofre influência da dinâmica da

natureza, principalmente da dinâmica dos rios, sendo esta, segundo o autor, a principal indutora ao desenvolvimento das técnicas a fim de garantir a adaptação do homem nesse espaço.

Sobre a vida na várzea inferi o autor:

Os ambientes de várzea se caracterizam por uma sazonalidade marcante devido às enchentes periódicas dos seus rios, que regulam os ciclos de vida da biota local e consequentemente regulam as oportunidades de subsistência disponíveis para as populações humanas. Assim como os demais componentes da biota das áreas inundáveis, as populações humanas locais precisam adotar estratégias de adaptação em relação às mudanças drásticas ocorridas na passagem entre as fases aquáticas e terrestres. Estas estratégias implicam na coordenação das atividades produtivas tais como a criação de gado, o cultivo de plantas anuais e perenes, a caça e a pesca, às modificações sazonais da paisagem e biota locais (PEREIRA, 2007, p. 16).

E ainda:

Estas inundações periódicas fazem da várzea uma paisagem “anfíbia”. Durante um período do ano (4 a 5 meses), a maior porção dessa planície está submersa e faz parte do ambiente aquático; em outro período, participa do ambiente terrestre. A falta de sincronização entre o regime fluvial e o regime pluvial (chuvas) faz com que existam quatro “estações climáticas” no ecossistema de várzea, que regulam o calendário agrícola: a enchente (subida das águas), a cheia (nível máximo das águas), a vazante (descida das águas) e a seca (nível mais baixo das águas). Nesse ambiente, constantemente submetido a fortes estresses, a biota e o homem amazônico desenvolveram os mais variados comportamentos adaptativos (PEREIRA 2007, p. 15).

O autor nos faz entender que a adaptação do homem ao ecossistema de várzea requer conhecimento das sazonalidades temporais e espaciais da várzea. Vê-se que este autor identifica “quatro estações” sofridas anualmente por este ambiente que requer da população residente domínio de instrumentos técnicos distintos para cada tempo identificado pelos mesmos; “a enchente (subida das águas), a cheia (nível máximo das águas), a vazante (descida das águas) e a seca (nível mais baixo das águas)”, a fim de garantir tanto a existência do grupo como a perenidade dos recursos ali presentes.

Assim, a vida humana na várzea corresponde a um domínio e conhecimento não somente de técnicas a serem implantadas para que a existência e perenidade da coletividade que habita esse ecossistema sejam possíveis, mas de todo o processo natural que ocorre nesse espaço fortemente influenciado na Amazônia pelo regime das águas.

Entende-se que o gênero de vida das populações tradicionais localizadas na várzea tem se concretizado por meio de uma relação direta com o rio, pois é deste que as populações retiram grande parte dos produtos (peixes) que fazem parte da sua dieta alimentar, além de ser o rio principal meio de circulação tanto de pessoas como de produtos oriundos das poliproduções camponesa, garantindo comunicação e contato com outros grupos sociais da região.

No espaço da várzea, o trabalho se concretiza a partir de atividades extrativas (pesca, caça, e coleta), na agricultura de ciclo rápido e na pequena e média produção agropecuária, todas fundadas no regime de economia familiar (criação de gado e plantação de roça<sup>3</sup> e do roçado<sup>4</sup>), com o intuito de garantir a existência do grupo familiar. Além destes, há também os trabalhos realizados por grupos de pessoas envolvendo toda a comunidade, os chamados puxiruns ou mutirões<sup>5</sup>, que visam à organização da comunidade.

---

<sup>3</sup> A **roça** compreende a plantação e cultivo exclusivo da mandioca para a produção da farinha e produtos derivados (tucupí, tapioca, farinha de tapioca, entre outros).

<sup>4</sup> O **roçado** corresponde a plantação de outros produtos que são cultivados na várzea (milho, feijão, melancia, hortas, jerimum, etc.)

<sup>5</sup> O **puxirum ou mutirão** consiste em um trabalho realizado por uma determinada unidade familiar ou grupo social com o intuito de beneficiar diretamente a um de seus membros ou toda a comunidade.

A produção da várzea tem como principal característica garantir o sustento dos grupos sociais ali residentes, a partir de atividades aplicadas com técnicas construídas partindo-se das necessidades da vida local; estas possibilitam aos moradores da várzea produção e adaptação nesse ambiente. Contudo, vale ressaltar que as possibilidades que a várzea oferece a seus habitantes mudam conforme o período do ano fazendo os grupos sociais atuarem em mais de um tipo de atividade para conseguir a subsistência de sua família.

Partindo do entendimento do conceito de gênero de vida, compreende-se, neste trabalho, que o processo de ocupação da várzea amazônica ocorre devido às populações tradicionais – em especial o camponês ribeirinho – se adaptarem ao ritmo dos processos naturais nesse ambiente criando diferentes formas de adaptação e atuação do homem no processo de reprodução da vida, apropriando-se dos recursos disponíveis neste ecossistema.

Portanto, as análises que se seguem para entendimento do gênero de vida das populações tradicionais, em especial os camponeses-ribeirinhos, perpassam pela compreensão das formas de atuação no processo de produção do espaço de existência do grupo na busca por reprodução, e satisfação material e imaterial.

### **3. GÊNERO DE VIDA DAS COLETIVIDADES RURAIS DA COMUNIDADE ILHA DE SÃO MIGUEL**

Entende-se, aqui, que o ambiente da várzea amazônica é condicionante e, ao mesmo tempo, condicionado para a efetivação e adaptação das coletividades de camponeses ribeirinhos que, ao se apropriar e produzir seu espaço de existência modifica-o – conforme as possibilidades que o meio geográfico dispõe para atender às necessidades dos habitantes, bem como suas organizações.

As abordagens seguintes, cujo recorte geográfico é o espaço das coletividades da comunidade Ilha de São Miguel no município de Santarém, no Estado do Pará, tem por objetivo entender o gênero de vida e o uso dos recursos desse recorte espacial. Busca-se, ainda, ilustrar as relações da coletividade ali presentes na construção, desconstrução e reconstrução do seu gênero de vida produzindo assim sua existência, a partir de uma relação com o meio geográfico.

O gênero de vida desses grupos é compreendido, aqui, a partir da organização espacial construída na relação de reciprocidade orgânica com o meio geográfico, onde o gênero de vida da comunidade é preservado através da atividade de uso comum dos recursos naturais susceptíveis às futuras gerações com vista à sucessão da unidade de produção familiar.

Entender esse gênero de vida e como os moradores da comunidade se organizam e usufruem do espaço, a partir de práticas herdadas e evoluídas no tempo histórico do grupo, bem como esses atores sobrevivem e utilizam o espaço preservando a identidade e os costumes tradicionais de existência exige reflexão sobre a vivência dos ribeirinhos ao longo do tempo. Tal situação fez os grupos sociais que ali residem criarem e recriarem estratégias adaptativas no enfrentamento das intempéries naturais desse ecossistema a fim de garantir a sua sobrevivência como se verifica na figura 01.

Analisando a figura 01, percebemos como as populações residentes nas áreas de várzeas da Amazônia brasileira foram se adaptando às condições naturais e criando um gênero de vida que permitisse a ocupação, organização e a permanência nesse espaço, pois a adaptação de vida a esse ecossistema é notada nos tipos de moradias construídas pelos camponeses-ribeirinhos, uma vez que as casas, estilo palafita<sup>6</sup>, são construídas de madeira, a certa distância do solo com o intuito de prevenir e impedir que as mesmas sejam inundadas no período chuvoso da região.

Contudo, evidenciar somente o estilo de habitação não é suficiente para se compreender o funcionamento do gênero de vida das populações tradicionais residentes no espaço da várzea, pois a moradia não é o único fator que faz com que a vida nesse local seja possibilitada, mas sim uma série de saberes e fazeres, os quais garantem a existência das populações, a produção e organização do espaço estão presentes no cotidiano do grupo camponês.

---

<sup>6</sup> As **palafitas** são tipos de habitações construídas sobre estacas de madeira muito utilizadas em uma planície de inundação com o intuito de evitar que as casas sejam invadidas pela água.



**FIGURA 01:** Habitação típica das populações residentes no Ecossistema de Várzea. Fonte: Roberth Rodrigues Ferreira. Trabalho de campo, comunidade Ilha de São Miguel, Agosto de 2013.

Entende-se, aqui, que o espaço é sempre reproduzido, tomando nova forma e redirecionando o gênero de vida das coletividades, pois, por ser fruto da relação homem/meio, o espaço é reprodução e organização pela sociedade. Entendido desta maneira, o espaço é um produto social e histórico resultado do trabalho humano (CORRÊA 2010). Ainda este autor, caracterizando o espaço geográfico, afirma que compreendê-lo é possível a partir de relações de produção, pois para ele:

O espaço é concebido como 'lôcus' da reprodução das relações sociais de produção, isto é, reprodução da sociedade (...). As práticas espaciais resultam, de um lado, da consciência que o Homem tem da diferenciação espacial. Consciência que está ancorada em padrões culturais próprios a cada tipo de sociedade e nas possibilidades técnicas disponíveis em cada momento, que fornecem significados distintos à natureza e à organização espacial previamente já diferenciadas (CORRÊA, 2010, 26 e 35).

A assertiva de Corrêa enfoca que o espaço é fruto da relação de trabalho do homem no meio geográfico que vai sendo produzido e reproduzido com o passar do tempo histórico, acumulando conhecimento e instrumentos técnicos conforme as necessidades da sociedade. Partindo das reflexões de Corrêa (2010), o gênero de vida no espaço produzido da comunidade Ilha de São Miguel, é construído nas necessidades e possibilidades do grupo no processo de utilização dos recursos de uso comum demandado pelo modo de vida dessa população.

Os camponeses ribeirinhos da comunidade tinham até meados da década de 60 um gênero de vida centrado em uma produção e utilização da variabilidade dos recursos disponíveis naquele espaço. Nos relatos dos moradores, a produção da coletividade se baseava na produção de juta, criação de gado, plantação de roça e roçado e a pesca que até aquele contexto, foi uma atividade utilizada somente para consumo interno.

Com o declínio do comércio da juta, os moradores da comunidade mudaram seu foco de produção para a atividade pesqueira. A grande procura por pescado nas cidades da região fez que os moradores da comunidade Ilha de São Miguel lançassem o direcionamento do trabalho para extração dos recursos pesqueiros. A prática das pescarias passou a ser desenvolvida sem nenhum tipo de regras e normas de uso dos recursos, provocando um declínio considerável nos estoques pesqueiros com grande possibilidade de exaustão e colapso desta atividade pela finitude dos recursos.

Sobre essa época, assim discorre um morador da comunidade:

A gente vivia da lavoura de juta, trabalhava com a juta né. Eram algumas famílias que sobreviviam do peixe, trabalhava também com a pecuária com o gado e trabalhavam com a juta. O peixe era poucas famílias que viviam e tinha muito peixe aí. Depois foi aumentando os pescadores e chegou um ponto que nós ficamos no zero não tinha nada mais. Colocavam as malhadeiras, não pegavam mais nada, aí a gente ia pro trabalho tinha que comprar comida fora que aqui não tinha (Entrevista concebida por um morador da comunidade Ilha de São Miguel, Trabalho de Campo de julho de 2011).

O relato desse morador local, faz compreender que, a produção no espaço da comunidade era diversificada, o que causava uma equidade nos recursos e à utilização dos mesmos. No entanto, a comunidade passa por um processo de mudança nas atividades produtivas com a queda da produção de juta. Esta mudança “obriga” os moradores da comunidade a reconstruir sua cotidianidade em outra atividade que gerasse lucros e garantisse a existência do grupo. Tal situação fez com que a comunidade centrasse seu olhar para a atividade pesqueira como única alternativa de sustento, passando a comercializar e explorar esse recurso de forma intensiva gerando com isso a diminuição do estoque pesqueiro.

A Ilha de São Miguel era uma comunidade muito populosa né. Tinha bastante gente naquele período. Só que a sobrevivência da pesca era muito pouca, a maior parte trabalhavam na agricultura né. A juta era uma produção do auge naquele tempo, era da onde se ganhava dinheiro era da produção da juta, e a população que trabalhava na juta, ela não pescava a não ser só pra sua alimentação, pra subsistência. A partir que começou surgir a perca da atividade da juta, o comércio da juta, aí todos aqueles que trabalhavam na juta passaram a ser pescador, que era a única alternativa que tinha naquele período pra buscar uma melhor forma de sustentação das famílias (Entrevista concebida por um Filho da Ilha, ex-morador da comunidade, Trabalho de campo de julho de 2011).

O relato do entrevistado mostra como os moradores da Ilha buscam na atividade da pesca encontrar soluções para garantir a existência e perenidade do grupo quando ocorreu o declínio da atividade da juta na região. Não obstante, a escolha dessa atividade se faz por alguns motivos a serem destacados:

- a) A pesca é uma atividade destinada ao sustento familiar e o pescado é parte indispensável na dieta alimentar dos camponeses ribeirinhos;
- b) A variedade de estoque pesqueiro, em larga escala nos lagos da comunidade, permitiu a geração de renda, mesmo que pequena, às famílias para ter acesso a outros produtos que localmente não dispunham;
- c) Acesso dos trabalhadores da pesca a novas técnicas de captura do pescado, possibilitando aumento considerável na produtividade do trabalho e uma momentânea segurança à base reprodutiva do grupo familiar.

Ademais, o aumento da prática pesqueira, agora de caráter exploratório, nessa localidade provoca diminuição nos estoques pesqueiros, levando os pescadores a desenvolver o trabalho da pesca em locais cada vez mais distantes do lugar de moradia.

Entende-se que a exploração intensiva do recurso pesqueiro pela coletividade local e as consequências criadas a partir dessa exploração vão ao encontro da teoria da tragédia dos comuns de Hardin (1968), pois os pescadores possuíam racionalidade individualista, não havendo uma comunicação entre os integrantes do grupo que, requerendo benefícios individuais, aumentaram o

nível de exploração das espécies de pescado, agregando prejuízos coletivos com a diminuição desse recurso, originando um descontentamento para a prática do trabalho da pesca.

A Ilha de São Miguel foi uma comunidade que sofreu muito com isso. Sofreu um impacto muito grande no setor da pesca. Já tinha dificuldade que tinha família que quando almoçava não jantava. E o peixe era de uma qualidade muito inferior do que se tinha a cinco dez anos atrás. Então virou a ser só peixinho e não tinha condições de dar uma alimentação adequada, aí a população começou a sofrer com algumas enfermidades e outras coisas que vinham aí por falta de uma alimentação adequada (Entrevista concebida por um Filho da Ilha e ex-morador da comunidade, Trabalho de campo de julho de 2011).

Entende-se que o uso indiscriminado dos recursos pesqueiros no espaço da comunidade provocou a tragédia dos comuns referendada nos estudos de Hardin, pois o uso intensivo dos recursos, na busca por lucros individuais, fez os moradores da Ilha passarem necessidades, criando uma instabilidade da vida nesse espaço.

Na tentativa de recuperar o estoque pesqueiro, a coletividade da comunidade Ilha de São Miguel criou estratégias que limitaram/proibiram o uso e exploração do recurso pesqueiro nos espaços de pesca da comunidade. Essas estratégias se transformaram em acordo de usufruto no ano de 1974, posteriormente, em um acordo de pesca firmado entre os moradores no ano de 1983, sendo este homologado no ano de 1985.

Sobre esse acordo, Pereira; Ferreira; Nogueira (2011, 04) destacam que *“a principal regra se deu com a suspensão do uso de malhadeira nas atividades pesqueiras, uma vez que este arreo foi evidenciado, pela coletividade, como o principal causador da diminuição do pescado. O destaque desses autores mostra como o planejamento - com imposição de regras e normas pela coletividade daquele espaço – procurava recriar o estoque pesqueiro, além de garantir a existência e perenidade do grupo no espaço.*

Este acordo, colocado em prática pelos usuários dos territórios de exploração do pescado, obteve um resultado positivo em função do aumento e diversidade das espécies de pescado em um curto período de tempo, notificando ser este o caminho para a conservação das espécies como o pirarucu (*Arapaima gigas*), tambaqui (*Colossoma macropomum*), aruanã (*Osteoglossum bicirrhosum*), pirapitinga (*Piaractus brachypomus*) entre outras espécies que tinham desaparecido com a pesca predatória.

A criação de regras e estratégias políticas, para o uso dos recursos pesqueiros na comunidade Ilha de São Miguel, vai ao encontro da teoria proposta por Ostrom (2011), pois a cogestão coletiva na comunidade e a comunicação existente entre os integrantes do grupo originaram uma relação de equidade com o meio proporcionando benefícios de usufruto para o grupo em vez do colapso vivido pelo mesmo anos atrás.

Esta cogestão coletiva, criou decisões políticas, principalmente, em relação às técnicas de capturas fazendo uso de apetrechos (malhadeira, tarrafa, lanterna e bomba de carbureto) que fazem o “peixe fugir” de determinados pontos de extração. Sobre esta temática, assim se refere um morador da Ilha sobre o uso destes instrumentos técnicos:

Aí eu disse: se o pessoal concordasse nós íamos suspender a malhadeira, nós ainda temos condição de recuperar o lago. Embora com sacrifício, mas eu acredito porque ainda tem muitas partes de mazona, de lagos aí vizinhos que capaz que ainda tenha um peixe que possa chegar pra cá e produzir e aumentar. E meti em cabeça que eu deveria tentar reunir o pessoal pra ver se a gente conseguia suspender a malhadeira pra gente ver como surgia à coisa pro nosso lado. Aí eu convidei o pessoal e disse tudo o que era pra fazer, disse: olha gente, nós vamos fazer isso, vamos suspender e vamos ver como é que se comporta durante uns meses aí a parte do lago. Se der lucro aí nos continua, aí vai ser a decisão (Entrevista concedida por um Filho da Ilha e morador desta localidade, Trabalho de campo de Julho de 2011).

A posição política do entrevistado e sua tomada de decisão de reunir a coletividade da Ilha de São Miguel gera uma comunicação entre os membros da localidade. Ainda, a existência de



comunicação tira os comunitários do dilema do prisioneiro, na teoria dos jogos estudado por Ostrom, pois a partir da reunião, comentada pelo nosso depoente, iniciou uma ação coletiva no espaço da comunidade fundamentado no interesse coletivo e na busca do bem comum.

Na visão dos comunitários o uso intensivo da malhadeira nos lagos de pesca diminuiu os estoques pesqueiros, pois no entendimento do grupo, este apetrecho é o maior “vilão” e prejudica os locais das pescarias devido à quantidade que captura sem seleção de espécies nem tão pouco tamanho do peixe capturado.

Nós começamos pescar de malhadeira. Ai nós vimos que o peixe estava se acabando, ficando velhaco o peixe. Ai nós resolvemos. Ai seu Zezinho, ele resolveu chamar o pessoal para saber se mesmo, realmente se era a malhadeira que estava destruindo o peixe daqui, que nós pegávamos com facilidade com caniço, flecha, hástia. Aí nós reunimos, a comunidade reuniu e foi quando surgiu esse acordo que tá dando resultado, tá dando certo. (Fonte: Entrevista concedida por um Filho da Ilha e morador desta localidade. Trabalho de campo de Julho de 2011).

A decisão acordada na reunião, em 1974, de suspensão provisória por um período de seis meses, do uso das malhadeiras nos lagos da comunidade, provoca uma reação positiva nos anseios do grupo camponês, pois ocorre um aumento significativo nos estoques dos recursos pesqueiros nos lagos e igarapés da comunidade. É justamente, neste contexto, que os camponeses ribeirinhos percebem nesta ação política a alternativa possível no processo de conservação e manejo dos recursos presentes em seus territórios de vivência e reprodução. E, a partir de então, tomam decisões definitivas proibindo uso das malhadeiras nos lagos da comunidade e avançando em direção à consolidação de normas e regras de uso do território passam a dialogar sobre a necessidade de firmar um acordo de pesca<sup>7</sup> para a Ilha.

Vale ressaltar que, antes de firmar este acordo de pesca, a comunidade inconformada com as sucessivas “invasões” de seus territórios de extração do pescado reage por meio de diversas iniciativas, usando alguns momentos de violência ou por decisão coletiva, redigindo documentos, seguidos de abaixo-assinados, buscando controle do território, bem como disciplinar o uso do mesmo.

Nós abaixo assinados, proprietários de terras, usuários e moradores da Ilha de São Miguel, município de Santarém – Pará, contrariado com as constantes invasões provocadas por partes de pessoas inescrupulosas que além de utilizar-se de nossas propriedades sem autorização, exploram-nas no ramo de pescarias utilizando utensílios destruidores e em época inadequadas, depredando e banindo nossas reservas (Fonte: ACORDO DE PESCA, 1985, s/p. Documento concedido pela associação comunitária da comunidade Ilha de São Miguel e que se encontra disponível no anexo deste trabalho).

Vê-se, neste documento supra citado, uma reação coletiva na busca de impedir práticas que “violentam” e descumprem as formas de apropriação, controle e uso do território de exploração do pescado da comunidade. Nesse entendimento, são formas legítimas que manifestam necessidades locais de gestão coletiva dos recursos pesqueiros nos lagos. As decisões políticas de abaixo-assinado partem da vontade coletiva de uso exclusivo dos ambientes de trabalho, pois bem sabem os camponeses ribeirinhos que defender seus lagos é defender a autonomia do trabalho e o direito de reprodução familiar sem a sujeição do trabalho ao capital.

A firmação do acordo e sua homologação pela justiça mostram a preocupação da coletividade da Ilha de São Miguel, em preservar as espécies de pescado naquele espaço, a partir da restrição tanto do uso dos territórios de pesca, das espécies capturadas no decorrer do ano, como também dos apetrechos de pesca.

---

<sup>7</sup> Segundo Ruffino (2005, p. 67), o acordo de pesca é entendido como “um conjunto de normas específicas, regulando assim a pesca de acordo com os interesses da população local e da sustentabilidade do recurso”.

Visando a preservação das espécies de peixes que muito servem para manter nossas famílias [...] decidimos em reunião realizada no dia 24. 08. 85, conforme o acordo vigente desde 1983, manter para todos os lagos, baixas e outros locais de pescarias situado dentro da nossa localidade, o seguinte: Proibir em caráter permanente o uso de: 1 – Rede de pesca (malhadeira, bubuias, etc...), rede de arrasto, bombas e lanternas de carbureto; 2 – Espinhel em baixo de árvores frutíferas próprias para alimentação dos peixes; 3 – Pesca de pirarucu no período de 01 de outubro a 31 de março, conforme a Lei Federal; 4 - Tarrafa no Lago denominado “LAGUINHO”, durante o período em que haja acesso para os peixes aos demais lagos, e 5 – Pesca com finalidade única e exclusiva para vender (Fonte: ACORDO DE PESCA, 1985, s/p, concedido pela associação comunitária da comunidade Ilha de São Miguel e que se encontra disponível no anexo deste trabalho).

Vê-se nesse documento oficial, a ação de controle do território dos pescadores instituído através de cinco normas e regras elaboradas pelo grupo proibindo/restringindo apetrechos e a forma de realização dessa atividade na localidade, passando a ser proibido o trabalho da pesca exclusivamente para comercialização.

Entende-se que a construção coletiva de regras e normas que restringe uso do território de extração do pescado, foi o principal elemento indutor no processo de elaboração de um documento oficial estabelecendo o acordo de pesca na comunidade Ilha de São Miguel. Pois estas ações políticas do grupo sobre o uso dos recursos pesqueiros nos lagos, traz em si resultado positivo ao grupo, daí a luta dos ribeirinhos para tornar este acordo legítimo diante da sociedade, uma vez que só desta maneira seriam respeitados seus direitos de uso exclusivo.

Outra estratégia de manter o controle do pescado ocorre com as fiscalizações constantes nos lagos, procurando impedir a entrada de outros pescadores no espaço da Ilha. Essa ação é realizada por grupos de pescadores que se deslocam todas as noites de suas casas para as áreas de pescas na busca de manter o controle do território de extração do pescado.

Essa área aqui todinha a gente faz a fiscalização. A gente fiscaliza essa área aqui durante a noite. A equipe de doze, quinze, vinte pessoas faz isso. Daí toda noite das seis as seis da manhã pra poder manter o trabalho<sup>8</sup> nosso aqui dentro da comunidade. A gente faz isso daí toda noite. A gente tem sete equipes e nessas sete equipes faz essa rondam aqui. Toda noite tem gente dentro do lago. (Entrevista concedida por um Filho da Ilha, morador desta localidade e ex-presidente da Associação dos Nativos e Moradores da Ilha de São Miguel - ANMISM - Trabalho de campo de Julho de 2011).

Segundo os moradores, as práticas de fiscalizações dos lagos como ação política, restringiu definitivamente o uso dos recursos pesqueiro da Ilha, pois por meio desta ação, os comunitários conseguiram impedir entrada de pescadores de outras localidades nos lagos da Ilha mantendo o estoque pesqueiro constante, e isto põe em relevo a busca de afirmação definitiva da territorialidade dos camponeses ribeirinho locais.

Somado a isso, controlar todo o processo de produção do pescado na Ilha, torna-se importante medida política do grupo, haja vista o pescado constitui um recurso fundamental para geração de renda e dieta alimentar das famílias. Em situações que os trabalhadores da pesca percebem diminuição dos estoques pesqueiros nos lagos, agem rapidamente buscando soluções para evitar e dissipar possíveis ameaças à reprodução da vida do grupo no lugar.

Uma das medidas de controle dos estoques pesqueiros é feita com a contagem do principal peixe destinado à comercialização – o pirarucu. Todos os anos é realizada pelos pescadores locais a contagem das matrizes de pirarucu nos seus territórios de extração (nos lagos, principalmente) antes do início das pescarias. Tal medida se faz necessária porque assim é possível saber a quantidade aproximada dos estoques desta espécie e quantos podem ser capturados no período destinado à atividade da pesca sem prejuízos para os próximos anos.

---

<sup>8</sup> O termo **Trabalho** apresentado pelo entrevistado faz referência as ações (a conservação do estoque pesqueiro, o acordo de pesca e os tipos de apetrechos usados durante as pescarias) desenvolvidas pela coletividade da Ilha de São Miguel para manter estabilizado seu gênero de vida.

Igualmente, nova contagem das matrizes de pirarucu é realizada no final de cada safra de pescaria. Esta medida é necessária porque só assim os pescadores podem levantar dados da quantidade de espécies presentes nos seus territórios para controle e manejo dos estoques nos anos seguintes. De posse destas informações, o grupo pode efetivamente realizar manejo do pirarucu, e aqui está a “fórmula” que os camponeses ribeirinhos encontraram para concretizar a gestão do recurso de uso comum em favor da conservação do estoque de pescado e equilíbrio do gênero de vida local.

Ademais, há no espaço da várzea uma conciliação de atividades, que se caracteriza a partir da ordem dos trabalhos realizados pelos varzeiros, pois os mesmos criam uma cotidianidade em relação ao modo de exercer cada tarefa. Podemos observar durante a visita em campo, que os camponeses ribeirinhos desenvolvem várias atividades, o que os caracterizam como poliprodutores. Limpar o roçado, ou simplesmente analisar como anda a plantação e/ou ver como está o rebanho, em seguida os mesmos se dirigem aos locais de pesca para garantir o sustento diário de sua família enquanto espera o tempo da colheita da roça e do roçado.

Toda essa esforçada da produção polivalente ocorre na comunidade respeitando as dinâmicas naturais (o processo de enchente- cheia, vazante-seca), esta enérgica influencia diretamente nas atividades produtivas da comunidade. Contudo, o trabalho da pesca se realiza por meio de regras e normas instituídas pelos comunitários bem como o cumprimento de normas externas cumprindo a Instrução Normativa Nº 34 de 18 de junho de 2004 do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), onde destaca o período em que a captura e comercialização (01 de junho a 30 de novembro) do pirarucu devem ocorrer.

Nessa perspectiva de realização do trabalho, os camponeses ribeirinhos na condição de poliprodutores conciliam várias atividades durante todo o ano, tanto para o auto consumo como para comercialização dos seus excedentes.

**Tabela 01:** Conciliação das atividades produtivas da Ilha de São Miguel no período de 2010-2013.

Atividade Produtiva	2010	2011	2012	2013
Pesca do Pirarucu	De 01 de junho a 30 de novembro	De 01 de junho a 30 de novembro	De 01 de junho a 30 de novembro	De 01 de junho a 30 de novembro
Agricultura	Entre os meses de julho de 2010 a março de 2011	Entre os meses de agosto de 2011 a fevereiro de 2012	Entre os meses de julho de 2012 a março de 2013	Entre os meses de julho de 2013 a março de 2014
Pecuária	Entre os meses de junho de 2010 a fevereiro de 2011	Entre os meses de julho de 2011 a janeiro de 2012	Entre os meses de julho de 2012 a março de 2013	Entre os meses de julho de 2013 a fevereiro de 2014

Fonte: Roberth Rodrigues Ferreira; dados concedidos pelos moradores durante trabalho de campo em novembro de 2014.

Ao fazemos uma análise da tabela, podemos inferir que conciliação das diversas atividades existentes no espaço da Ilha não indica pressão em um único recurso e, sim, a garantia de um uso equitativo de todos os recursos disponíveis, e é isto que tem garantido a reprodução do gênero de vida do grupo sem grandes impactos no ambiente local.

Vê-se que esta pluralidade de trabalhos simultâneos desenvolvidos pelos camponeses ribeirinhos é uma prática muito comum nos espaços da várzea, fazendo a população ter uma produção polivalente, usufruindo de todas as possibilidades oferecidas pelo meio para garantirem sua existência e perenidade no espaço.

Portanto, o gênero de vida da comunidade Ilha de São Miguel, pautado na preservação dos recursos naturais e do meio ambiente, tem alicerçado o modo de vida desta comunidade, pois é essa preservação, em especial a dos recursos ícticos, que tem feito esse grupo construir sua identidade na várzea amazônica.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de um conjunto de situações empíricas experienciadas durante as sucessivas visitas em campo, entende-se que o gênero de vida dos camponeses ribeirinhos da comunidade Ilha de São Miguel é resultado das sucessivas interações homem/meio, criando técnicas e conhecimentos garantindo o equilíbrio entre população/recursos e a perenidade do grupo. É importante destacar que a produção polivalente estrutura o gênero de vida local, permitindo a coletividade fazer uso de vários recursos disponibilizados pelo ambiente da várzea para fins de sustento e reprodução social.

As ações desenvolvidas pelo grupo camponês na Ilha foram fundamentais para a permanência da população nesse espaço, pois os sucessivos gêneros de vida trouxeram condições de vida às famílias da localidade. Contudo, as ações de interesse individual dos comunitários provocaram momentos de dificuldades às famílias, sobretudo para conseguir o sustento do grupo, levando os camponeses ribeirinhos passarem por uma “tragédia” e desequilíbrio na sua reprodução social.

As ações políticas deliberadas para fins de uso dos recursos pesqueiros nos lagos e igarapés da localidade fazem os comunitários construir e instituírem normas e regras para a execução do trabalho da pesca na comunidade. Não obstante, no início da implementação das políticas de controle de extração do pescado, houve descontentamentos de alguns moradores locais circunvizinhos com descumprimento das normas e regras instituídas, forçando os camponeses da Ilha cunhar estratégias para controle irrestrito do território extrativo.

No contexto atual, apesar de possuírem a legitimação do território dos pescadores, os comunitários continuam desenvolvendo estratégias para controle do recurso pesqueiro como: trabalhos de fiscalização e controle de lagos, comercialização do pescado atribuída unicamente à associação comunitária, cumprimento do tamanho de comercialização do pirarucu estipulado pela Instrução Normativa Número 34 do IBAMA, entre outras medidas políticas instituídas no espaço local para garantir gestão dos recursos e existência do grupo.

Além disso, os camponeses ribeirinhos da Ilha realizam atividades de mutirões para facilitar acesso e circulação no espaço da comunidade. Essas atividades (limpeza de estrada, escola, do campo de futebol, da igreja, do igarapé entre outras) são decididas nas reuniões da associação e contam com a participação de todos os associados. Ainda a criação da associação comunitária serviu para melhor gerenciamento das atividades e decisões adotadas pelo grupo.

Portanto, os camponeses de várzea da Ilha de São Miguel têm garantido a estabilidade e evolução do seu gênero de vida, sustentado na produção polivalente e na cogestão do recurso de uso comum pesqueiro, fundamentando a reprodução material e imaterial desse grupo. O gênero de vida do grupo local, no atual contexto, é alicerçado na gestão dos recursos resultantes das ações coletivas e estratégias políticas de controle territorial, tornando-se legítimas diante da sociedade que usa o território e pelos grupos externos ao lugar.

#### REFERÊNCIAS

AB’SÁBER, Aziz Nacib. **A Amazônia: do discurso a práxis**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

CANTO, Otávio do. **Várzea e varzeiros da Amazônia**. Belém: MPEG, 2007.

CÔRREA, R. L. Espaço, um conceito chave da geografia *In*: CASTRO, I. E; GOMES, P. C. C; CÔRREA, R. L. **Geografia: Conceitos e Temas**. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. pp. 15 – 47.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

HARDIN, Garret. The Tragedy of the Commons. **Science**. Vol. 162 no. 3859 p. 1243-1248. Dezembro 1968. Disponível em: <[www.sciencemag.org/content/162/3859/1243.full.pdf](http://www.sciencemag.org/content/162/3859/1243.full.pdf)> Acesso em 12 de fevereiro de 2014.

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). **Instrução Normativa nº34**, de 18 de Junho de 2004. Brasília, 2004.

LA BLACHE, Paul Vidal de. **Princípios de geografia humana**. 2. ed. Lisboa: Cosmos, 1954.

LIMA, Tatiana Lobato de. Populações Tradicionais e Estado: interesses e disposições normativas na RESEX Cajari (AP). *In*: COELHO, Maria Cecília N.; SIMONIAM, Lígia; FENZL, Nobert. **Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão dos recursos naturais**. Belém: Ceejup: UFPA-NAEA, 2000. pp. 83 – 97.

MAX SORRE: geografia /organizador (da coletânea) Januário Francisco Megale: [tradução Januário F. Megale, Maria Cecília França e Moacyr Marques]. – São Paulo: Ática, 1984.

\_\_\_\_\_. A Noção de Gênero de Vida e seu Valor Atual [tradução de Maria Cecilia de Queiroz Lacerda]. **Boletim Geográfico**, ano XXI - JANEIRO-FEVEREIRO DE 1963, nº 172. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg\\_1963\\_v21\\_n172\\_jan\\_fev.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1963_v21_n172_jan_fev.pdf)>. Acesso em 14 de dezembro de 2013. pp. 30 – 38.

OSTROM, Elinor. **El gobierno de los bienes comunes: La evolución de las instituciones de acción colectiva**. [trad. e rev. tec. Leticia Merino Perez]. 2. ed. México: FCE, UNAM, IIS, 2011.

PEREIRA, Henrique dos Santos. A dinâmica da paisagem socioambiental das várzeas do rio Solimões-Amazonas. *In*: FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; PEREIRA Henrique dos Santos; WITKOSKI, Antônio Carlos, **Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas 2007. pp. 11-32.

PEREIRA, Lorena Rocha; FERREIRA, Roberth Rodrigues; NOGUEIRA, Geovani Nunes. Populações Tradicionais e Atividade Pesqueira: um estudo da comunidade Ilha São Miguel na região do Aritapera Santarém-Pa. *In*: **Anais do V Simpósio Internacional e VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária**. Belém: UFPA, 2011.

RUFFINO, Mauro Luís. **Gestão do uso dos recursos pesqueiros na Amazônia**. Manaus: Ibama, 2005.